

Apresentação - Dossiê temático

Escolarização, cultura e sociedade: uma introdução

O período histórico de transição entre o período militar e a abertura política no Brasil foi um contexto favorável ao advento de manifestações e movimentos sociais em favor de múltiplas demandas. Diversas disputas, reivindicações e mobilizações tomaram a esfera pública nacional, politizando-a, ao mesmo tempo em que vigorou um processo significativo de “aprendizado da democracia”, nos termos de Paulo Krischke. A agenda política do país se ampliou e algumas temáticas gradativamente foram obtendo centralidade e sendo incorporadas na programática das políticas governamentais, este parece ter sido o caso da educação escolar.

Num país onde a educação escolar foi construída como privilégio, como escrito por Anísio Teixeira, reproduzindo e reforçando dinâmicas excludentes e da consolidação de uma cidadania controversa, a escolarização figurou como bandeira privilegiada de diversas coletividades até então distanciadas da formação institucional. Estudos desenvolvidos no período informam sobre a organização de mães em muitos lugares do país reclamando para si o direito de acesso à creche para seus filhos; organizações de indígenas e afrobrasileiros relatando sua ausência representativa na história oficial do país e nos manuais escolares, bem como ausência física nos bancos das escolas; camponeses reivindicavam uma educação adequada à realidade cultural e produtiva do campo. Esse conjunto amplo e plural de demandas e vocalizações de sujeitos e movimentos engendrou dispositivos jurídicos mais democráticos na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Essas figurações, nas paisagens sociais e nos marcos jurídico-normativos, produziram novos contornos à escolarização no Brasil. Se, por um lado, acompanhamos a expressiva ampliação da oferta e do acesso à escola pública, o que objetivamente fez-se vetor de democratização, por outro lado, a chegada de novos atores na escola tem demonstrado que nossa democratização educacional é inconclusa. Esse registro reafirma que as demandas por escolarização na atualidade articulam reivindicações por redistribuição econômica (renda, possibilidade de mobilidade social, acesso a direitos) e por reconhecimento cultural (visibilidade, dignidade, respeito), associando tais referências às discussões sobre justiça social e

enfrentamento das desigualdades. Ilustrativa desta situação é a situação da educação escolar indígena, cuja demanda histórica exterioriza princípios de igualdade de acesso à escola e princípios de diferenciação por sua experiência cultural vista, por exemplo, nas garantias de ensino bilíngue.

Pensar a escolarização exige esforços interdisciplinares para situá-la e contrapô-la aos processos sociais e culturais contemporâneos. O presente dossiê temático visa mapear as principais discussões atinentes aos processos e políticas de escolarização no Brasil e na América Latina. Do ponto de vista temático, privilegamos ampliar o escopo de nossa abordagem, justapondo importantes questões como a educação especial, a imigração, a educação do campo, a educação popular, cotejando-as com distintas abordagens de cunho teórico-metodológico. Damos mais alguns passos em nossa abordagem investigativa colocando em nosso horizonte de pesquisa a escolarização enquanto um objeto multifacetado e, ao mesmo tempo, imprescindível para pensar a sociedade de nosso tempo.

Neste sentido, iniciamos esta compilação com uma abordagem diagnóstica acerca da escolarização na América Latina a partir do artigo “Escolarización y sociedad em el contexto latinoamericana”, elaborado pelo colombiano Mario Diaz-Villa. Em sua elaboração, o autor argumenta sobre a pertinência de análises que incorporem, em âmbito macro, as dimensões política, econômica, cultural e social, mas, ao mesmo tempo, que examinem a escolarização a partir da distribuição de ideologias e de imagens, bem como da distribuição do acesso, dos recursos, das aprendizagens e das questões identitárias.

Na sequência, Eveline Algebaile e Denise Rissato apresentam o artigo “Indicações históricas e conceituais para a análise das políticas de escolarização em curso no Brasil”, o qual, contrapondo-se à visão corrente de que a escola ocidental moderna é uma instituição especializada definida centralmente por propósitos de universalização, apresenta e problematiza aspectos históricos da escola pública elementar nos contextos europeu e latino-americano, sobretudo elementos sobre a expansão escolar no Brasil. As autoras argumentam, ainda, sobre referências conceituais que devem ser levadas em conta na análise das políticas de escolarização no Brasil.

A seguir, Roberto Rafael Dias da Silva analisa as relações entre cidadania e justiça social nas atuais políticas de escolarização implementadas pelo Estado brasileiro, com foco nos

currículos escolares do Ensino Médio. No artigo “Educação, cidadania e justiça social nas novas políticas de escolarização: o Ensino Médio em debate”, o autor toma como objeto analítico os documentos orientadores da reforma curricular em curso no Rio Grande do Sul, examinados desde uma perspectiva de análise pluralista. Conclui identificando que as críticas às desigualdades escolares intensificaram-se com a democratização do acesso às instituições escolares.

“Educação e quilombo: delineamento dos estudos brasileiros” é a contribuição de Suely Dulce de Castilho e Francisca Edilza Barbosa de Andrade Carvalho a este dossiê. O objetivo do artigo é demonstrar resultados de uma revisão sistemática que procurou conhecer o fluxo de estudos - teses e dissertações - sobre educação no quilombo, formulados recentemente no Brasil (1995/2014). Os resultados revelam um crescimento significativo de produções acadêmicas elaboradas nas comunidades quilombolas, a partir de 2005, no entanto, a quantidade de pesquisas ainda é pouco expressiva, tendo em vista a quantidade de quilombos e escolas quilombolas existentes no país.

Rodrigo Manoel Dias da Silva, no artigo “Educação, identidades e diversidades: uma análise da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural”, realiza uma análise sobre a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural e de algumas questões pedagógicas que podem ser depreendidas de seu conteúdo, as quais, não obstante sua publicação ter ocorrido em 2001, ainda configuram questões em aberto aos processos educacionais contemporâneos. Conclui que a Pedagogia precisa se converter em uma pedagogia antimarginalização, ao considerar as dimensões éticas do conhecimento e os sentimentos de injustiça presentes nas relações socioculturais.

No Artigo “A formação de professores no contexto da escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial”, Reginaldo Célio Sobrinho, Giselle L. Schmidel Kautsky e Edson Pantaleão apresentam a análise da primeira etapa de uma pesquisa que objetivou analisar uma formação continuada, envolvendo professores que atuavam com estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular. A partir de uma abordagem inspirada na Sociologia Figuracional de Norbert Elias, evidenciam que a prática cotidiana das escolas é marcada por questões objetivas que dificultam o trabalho docente, tanto quanto a formação docente precisa constituir-se como um convite à reflexão sobre a escola, sua política interna e o seu funcionamento.

O texto de Terciane Ângela Luchese e Carmen Maria Faggion analisa memórias de professores que atuaram em áreas rurais da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, Brasil. A partir da contribuição da História da Educação, o artigo “Memórias e histórias de práticas pedagógicas em áreas rurais da região colonial italiana do Rio Grande do Sul, Brasil (1930-1950)” centra-se em um estudo de documentos derivados de acervos formalmente constituídos e visa compreender diferentes alternativas criadas por cada docente, na sua prática cotidiana, para ensinar em áreas rurais, tão marcadas, ainda nos anos 1930, pela fala e cultura dialetal italiana.

Na sequência, Luci Mary Duso Pacheco busca refletir sobre a educação do campo enquanto possibilidade de formação humana e cidadã para a população camponesa. No texto “Educação do campo: valorização da cultura e promoção da cidadania?”, a autora evidencia que os estudos têm demonstrado que o campo precisa de uma atenção educativa especial, quanto à estrutura e organização das escolas, oferta de ensino, laboratórios e professores qualificados. Problematisa, por fim, a condição histórica da educação escolar no campo e sua vinculação a objetivos políticos de emancipação e cidadania e de luta por justiça e igualdade social.

“Pedagogias do encontro: síntese possível entre saber e fazer” é o artigo elaborado por Dirceu Benincá e Antônio João Manfio. Segundo os autores, a construção do conhecimento a partir de uma relação de simbiose das práticas e saberes populares com o *modus operandi* e os saberes acadêmicos se constitui no eixo central da proposta das pedagogias do encontro, a exemplo da pedagogia da alternância e freiriana. Ao analisar semelhanças entre a pedagogia as duas pedagogias acima citadas, buscam avançar teoricamente rumo à construção de aproximações e sínteses possíveis e necessárias entre elas.

Por fim, Soraya Vieira Santos oferece-nos uma reflexão sobre o tempo na escola, tendo como base primordialmente o Plano Langevin-Wallon (1947) e alguns pontos centrais da psicologia do desenvolvimento humano de Henri Wallon (1879-1962). O artigo “Quando a quantidade pode não ser qualidade: uma relação entre a psicologia do desenvolvimento de Wallon e a organização do tempo escolar”, a partir de estudo teórico, visa problematizar as experiências hodiernas de ampliação da jornada escolar.

Esperamos que esta coletânea possa contribuir para a ampliação do campo de estudos e pesquisas sobre a escolarização, a cultura e a sociedade contemporânea.

Boa leitura a todos!

Rodrigo Manoel Dias da Silva
Roberto Rafael Dias da Silva
Organizadores